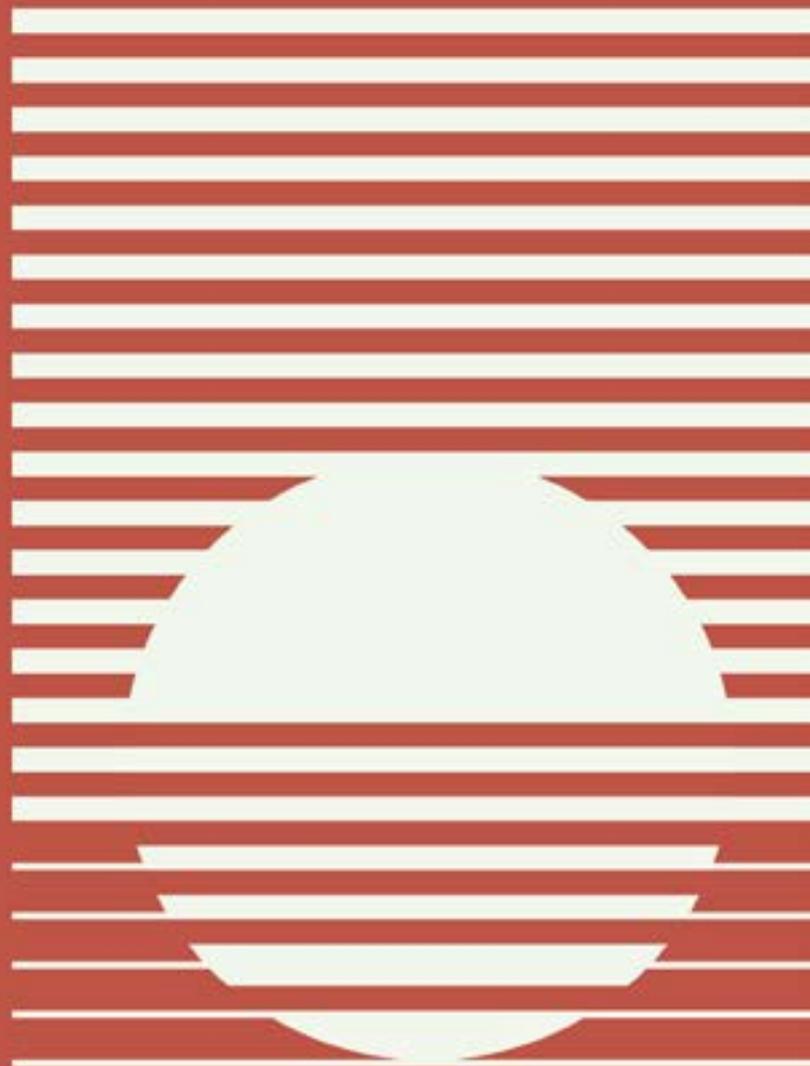


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



09
2019



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Marília Closs

Editor Adjunto: Ghaio Nicodemos Barbosa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Vilareal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editores de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Liara Farias Bambera, Luã Braga de Oliveira, Márcia Miranda Charneski, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

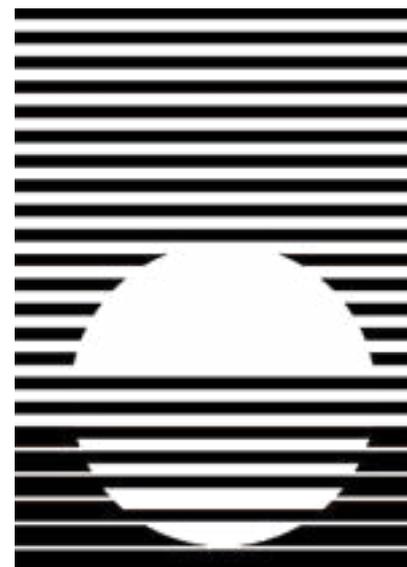
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Política externa ambiental brasileira gera constrangimentos em nível internacional
Bolsonaro discursa na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas
Governo brasileiro gera novas polêmicas ambientais na ONU

Página 05

SAAB e Embraer entregam o primeiro caça Gripen
Declarações de Bolsonaro geram reações negativas no Chile e na França
Polêmica entre embaixador chinês e deputado chileno demanda prudência da chancelaria em Santiago

Página 06

Presidente do Peru dissolve Congresso nacional e convoca novas eleições.
Dossiê apresentado por Duque com acusações à Venezuela causa controvérsia

Página 07

Fim das negociações e situação humanitária expõem discordâncias entre Maduro e Guaidó na Venezuela
TIAR é ativado para o caso da Venezuela
Solidariedade em declínio: Equador exige visto para entrada de venezuelanos

Página 08

Equador anuncia saída da OPEP
Guiana adia eleições para 2020 e sofre críticas internacionais

Página 09

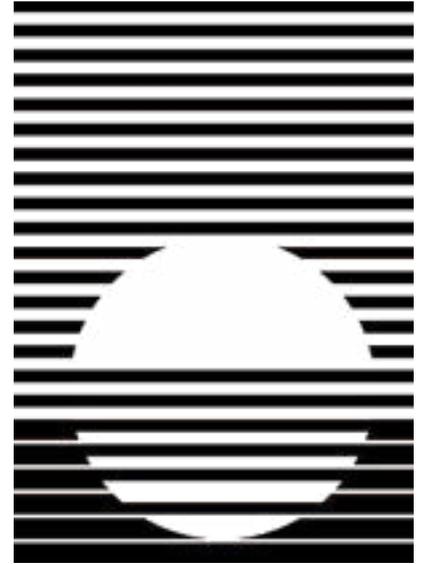
México propõe agenda social na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas
Onda de xenofobia na África do Sul causa reações internacionais e prejudica reputação do país
Ilhas Salomão e Kiribati estabelecem relações diplomáticas com a República Popular da China

Página 10

Visita de Narendra Modi aos EUA gera controvérsias
Erdoğan ameaça romper com o acordo migratório de 2016 firmado com a UE

Página 11

Mulheres protestam contra feminicídios na África do Sul e na Nigéria
Greve pelo clima é greve pelo direito à vida
Países comemoram na ONU o dia da Cooperação Sul-Sul



Política externa ambiental brasileira gera constrangimentos em nível internacional

Em setembro, os incêndios que atingiram a região amazônica ainda permaneceram no centro da agenda de política externa do governo brasileiro. As respostas de Jair Bolsonaro fundamentaram-se em uma narrativa de defesa contra os supostos ataques de ambientalistas, ONGs, redes, movimentos e da comunidade internacional. Segundo Bolsonaro, as queimadas ocorreram devido à seca e ao fogo causado por grupos criminosos, dentre os quais estariam envolvidos, segundo ele, inclusive grupos indígenas. No início de setembro, pouco antes da 74ª sessão Assembleia Geral das Nações Unidas, Bolsonaro voltou a se posicionar sobre a Amazônia contra diversos atores, como França e Alemanha, no bojo de um discurso nacionalista em nome da soberania e do território. Ainda, a política externa ambiental brasileira também se posicionou contra o Vaticano, afirmando que o discurso da Igreja Católica representava, igualmente, um movimento que não respeitava a soberania do Brasil. O Sínodo da Amazônia, marcado para acontecer em outubro em Roma e protagonizado pelo Papa Francisco, tornou-se mais um ponto de tensão entre o governo brasileiro e o Vaticano; este anunciou, no último dia 21 de setembro, o veto para a participação de militares e políticos em mandato, embora o governo tenha manifestado interesse em enviar representantes.

Fontes: [RFI](#), 01/09/2019; [Público](#), 01/09/2019; [Exame](#), 03/09/2019; [The Intercept](#), 19/09/2019; [Diário do Centro do Mundo](#), 22/09/2019.

Bolsonaro discursa na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas

Em 24 de setembro, Jair Bolsonaro proferiu o discurso na abertura da 74ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque. Seguindo a tradição, Bolsonaro fez o primeiro pronunciamento do dia, seguido pelo presidente dos EUA, Donald Trump. Em seu discurso, Bolsonaro tocou em temas caros à sua base eleitoral, afirmando que o Brasil “ressurge depois de estar à beira do socialismo”, que o programa Mais Médicos era uma infiltração cubana, criticando duramente a Venezuela e declarando que o Brasil sofre com um “indigenismo ultrapassado” com a demarcação de terras e áreas protegidas. Bolsonaro também considerou que há exageros na repercussão midiática sobre as queimadas na região amazônica e enfatizou a soberania do país sobre a floresta. Entre diplomatas e jornalistas, o discurso foi considerado agressivo, radical e desviante do padrão moderado e conciliador dos discursos anteriores. Durante a

presença da delegação brasileira em Nova Iorque, o ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, participou discretamente da Cúpula do Clima, evento do qual o Brasil foi desconvidado de discursar após não apresentar documentos sobre políticas climáticas. Salles não fez nenhum pronunciamento e saiu do evento antes do seu término. Já o ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, participou de intensa agenda bilateral, ocasião em que se encontrou com pares de países como Kuwait e Arábia Saudita e planejou a organização, conjuntamente com o ministro das relações Exteriores da Hungria, de evento sobre a perseguição de cristãos, paralelo à Assembleia Geral. Araújo também participou de seminário na Heritage Foundation, instituição defensora de pautas conservadoras, e afirmou que “climatismo e justiça social são pretextos para ditadura”.

Fontes: [Estadão](#), 11/09/2019; [O Globo](#), 23/09; [Exame](#), 24/09/2019; [Itamaraty](#), 30/09/2019.

Governo brasileiro gera novas polêmicas ambientais na ONU

No dia 24 de setembro, Bolsonaro fez seu discurso de abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Sob o olhar atento da comunidade internacional, Bolsonaro não modificou sua postura em atacar países estrangeiros que se mobilizaram em defesa da Amazônia, das populações indígenas e contra o desmantelamento institucional da governança climática brasileira. Embora tenha garantido, no plenário da ONU, que o Brasil protege o meio ambiente e toda a região amazônica, no dia 6 de setembro o país registrou mais um assassinato por conflitos no território: o indígena Maxciel Pereira dos Santos, agente da Fundação Nacional do Índio (Funai), foi morto a tiros enquanto dirigia na fronteira com a Colômbia e o Peru. A relação entre meio ambiente, agronegócio e exploração de recursos naturais foi reiterada por Bolsonaro como uma oportunidade para o desenvolvimento do país em seu discurso, no qual ainda aproveitou para defender os investimentos na região, não obstante a demarcação de territórios indígenas. Ao lado do ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, e do deputado federal Eduardo Bolsonaro, acompanhou a sessão solene a indígena Ysani Kalapalo, denominada por Jair Bolsonaro como porta-voz de populações indígenas brasileiras, embora essa liderança não seja reconhecida por significativa parcela da comunidade e movimentos indígenas. Kalapalo acusou ONGs de romantizarem o “índio”. Bolsonaro a homenageou e se referiu diretamente a Kalapalo durante o discurso e em seguida acusou tradicionais lideranças indígenas, principalmente o cacique Raoni, de serem utilizados como massa de manobra por governos internacionais na incursão contra a soberania do Brasil. No dia 25 de setembro, durante reunião na Câmara dos Deputados,

em Brasília, o cacique Raoni reagiu com veemência e defendeu suas posições em debate público.

Fontes: [El País](#), 09/09/2019; [Huffpost](#), 24/09/2019; [Folha de S. Paulo](#), 25/09/2019; [Reuters](#), 25/09/2019; [O Globo](#), 25/09/2019.

SAAB e Embraer entregam o primeiro caça Gripen

No dia 10 de setembro, na cidade sueca de Linköping, foi realizada a cerimônia de entrega do primeiro caça Gripen E/F pela fabricante SAAB para a Força Aérea Brasileira. A aeronave multifunção deve passar por uma fase de testes pelos pilotos brasileiros para que eventuais ajustes sejam contemplados na produção dos 36 Gripens encomendados. Embora o acordo preveja a transferência de tecnologia entre a SAAB e a Embraer, esse primeiro jato supersônico foi inteiramente construída na Suécia. A expectativa é que a produção passe a ser no Brasil ao longo do tempo. Entretanto, essa transição pode ser adiada, uma vez que o cronograma do projeto está ameaçado pelo contingenciamento de verbas pelo governo federal brasileiro. Pelo lado dos suecos, a SAAB celebrou os primeiros testes do Gripen brasileiro e usou essa vitória como argumento em outras negociações, uma vez que a empresa também tenta celebrar um acordo semelhante com a Força Aérea Indiana, a qual, atualmente, usa caças franceses Rafale. A entrega do primeiro caça Gripen com transferência de tecnologia está em alinhamento com a Estratégia de Defesa Nacional, lançada em 2008, que previa o reaparelhamento das Forças Armadas do Brasil. Além do acordo de cooperação entre Brasil e Suécia na questão aeronáutica, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) também foi negociado ao longo do governo de Lula da Silva. No caso do PROSUB, o primeiro submarino foi batizado de “Riachuelo” e foi entregue em 14 de dezembro de 2018.

Fontes: [Correio Brasiliense](#), 01/01/2019; [DefesaTV](#), 08/09/2019; [Veja](#), 10/09/2019; [The Economic Times](#), 12/09/2019; [Gazeta do Povo](#), 19/09/2019; [The Print](#), 30/09/2019.

Declarações de Bolsonaro geram reações negativas no Chile e na França

Ao longo do mês de setembro, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, agregou ao seu repertório de declarações insensatas mais dois graves incidentes diplomáticos. O primeiro, ocorrido ainda em agosto, se deu em consequência dos comentários misóginos de Bolsonaro direcionados à aparência da primeira-

dama francesa, Brigitte Macron, esposa do presidente francês Emmanuel Macron. O segundo, ocorrido em 4 de setembro, em consequência da resposta ofensiva de Bolsonaro às declarações de Michelle Bachelet sobre o Brasil e à menção a Alberto Bachelet, pai da ex-presidente do Chile, que foi torturado e morto pela ditadura militar de Augusto Pinochet. No primeiro caso, as declarações de Bolsonaro, endossadas pelo ministro Paulo Guedes, geraram múltiplas reações negativas por parte dos franceses. A filha de Brigitte, Tiphaine Auzière, iniciou em 10 de setembro uma campanha nas redes sociais para denunciar atos de misoginia, como os sofridos por sua mãe, com a hashtag #balancetonmiso, “denuncie seu misógino”, em tradução livre. No caso das declarações direcionadas à Bachelet, a crítica do presidente brasileiro veio após Bachelet, alta comissária da ONU para direitos humanos, mencionar, em uma entrevista coletiva, que o Brasil sofre uma “redução do espaço democrático”, tendo em vista, em especial, os ataques contra defensores da natureza e dos direitos humanos. Em resposta, Bolsonaro criticou a intromissão de Bachelet e rebateu afirmando que a ex-presidente do Chile não deveria se esquecer que “o seu país só não é uma Cuba graças aos que tiveram a coragem de dar um basta à esquerda em 1973, entre esses comunistas o seu pai brigadeiro à época”. As reações no Chile foram amplas, provenientes de diversos setores políticos de distintas colorações ideológicas, todos repudiando a glorificação do golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 e o ataque pessoal ao pai de Bachelet. Dentre eles, o atual presidente chileno, que possui bom diálogo com Bolsonaro, também criticou a fala do presidente brasileiro, dizendo não concordar com o posicionamento do mandatário.

Fontes: [UOL](#), 02/09/2019; [Folha de São Paulo](#), 04/09/2019; [El País](#), 05/09/2019; [O Globo](#), 08/09/2019; [El País](#), 10/09/2019.

Polêmica entre embaixador chinês e deputado chileno demanda prudência da chancelaria em Santiago

No dia 1 de setembro, o embaixador chinês no Chile, Xu Bu, publicou no jornal El Mercurio uma carta expressando o forte descontentamento causado pelo encontro ocorrido no mês de agosto entre o deputado chileno Jaime Bellolio (União Democrática Independente) e o líder das manifestações de Hong Kong, Joshua Wong. No documento, Xu Bu afirma que Wong é um líder radical e violento, que desafia a autoridade do governo chinês e por isso aconselhava Bellolio a limitar-se a trabalhar para a população do seu distrito. Em resposta, o deputado chileno afirmou que não se sentia desafiado por Bu e que acreditava que o embaixador se excedera em suas atribuições e que, por essa razão, esperava uma posição da chancelaria

chilena para conter os excessos do representante chinês. Dadas as proporções que a polêmica atingiu após uma segunda carta ainda mais dura publicada por Xu Bu no mesmo jornal, a chancelaria chilena interveio para amenizar a situação. Fontes do Ministério das Relações Exteriores do Chile desaprovaram o tom do embaixador chinês, porém consideraram imprudente a atitude de Belloilo, já que colocava questões pessoais acima da política externa do país. Em defesa do deputado chileno, outros parlamentares, bem como o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados também consideraram que as ações de Xu Bu estariam entrando no campo da política doméstica chilena. Como requisitado, o chanceler chileno, Teodoro Ribera, se manifestou lembrando a sensibilidade de assuntos que envolvem Hong Kong, Taiwan e Tibet, mas assegurando que o Chile “aceita, valoriza e reconhece a integridade territorial da China.”

Fontes: [El Mostrador](#), 02/09/2019; [El Mostrador](#), 03/09/2019; [La Tercera](#), 06/09/2019; [Emol](#), 07/09/2019, [La Tercera](#), 07/09/2019.

Presidente do Peru dissolve Congresso nacional e convoca novas eleições.

No dia 30 de setembro, o Congresso peruano foi dissolvido pelo presidente Martin Vizcarra após o entendimento de que o parlamento teria negado, pela segunda vez, voto de confiança ao Executivo ao proceder à eleição de novos juizes para o Tribunal Constitucional (TC) antes de votar a reforma do processo seletivo dos integrantes da corte. A votação para a escolha dos juizes do TC já estava agendada há algum tempo, mas vinha enfrentando fortes críticas de partidos políticos minoritários e de seguimentos da sociedade civil, além do próprio presidente, devido à celeridade do processo e à falta de transparência nos critérios utilizados. Ademais, desde que assumiu a presidência após o impeachment de Pedro Pablo Kuczynski, em 2018, Vizcarra vinha travando uma disputa com o Congresso, controlado pela oposição, em torno da implementação de reformas políticas no país. Diante da resistência legislativa, o mandatário propôs, em julho de 2019, a antecipação em um ano das eleições gerais marcadas para 2021. Entretanto, no dia 27 de setembro, a comissão de constituição do parlamento decidiu rejeitar a proposta, arquivando-a. Nesse mesmo dia, Vizcarra anunciou um pedido de confiança ao Congresso que previa a reforma das regras para o ingresso na corte. No dia 29, em entrevista a um canal de televisão, o mandatário peruano fez a ressalva de que, caso o pedido fosse votado apenas depois da seleção dos juizes, caracterizar-se-ia uma negação tácita ao mesmo. Segundo a constituição do

Peru, a recusa parlamentar, pela segunda vez, de um pedido de confiança oriundo do Executivo concede ao presidente da república o direito de dissolver o Congresso e convocar novas eleições dentro do prazo de quatro meses. A maioria dos parlamentares condenou a decisão, qualificando-a como ilegítima e ditatorial. O legislativo aprovou o afastamento de Vizcarra e chegou a nomear a vice-presidente, Mercedes Araoz, como presidenta interina. Contudo, diante do apoio das Forças Armadas e policiais a Vizcarra, bem como das manifestações populares em sua defesa, a reação do Congresso perdeu força e Araoz desistiu do mandato. Um novo gabinete ministerial foi formado, e as funções legislativas passaram a ser desempenhadas por uma comissão permanente composta por 27 parlamentares até que as novas eleições, agendadas para janeiro de 2020, aconteçam.

Fontes: [El Comercio](#), 26/09/2019; [El Comercio](#), 27/09/2019; [El Comercio](#), 30/09/2019; [El Comercio](#), 01/10/2019; [La República](#), 02/10/2019; [La República](#), 02/10/2019; [La República](#), 04/10/2019.

Dossiê apresentado por Duque com acusações à Venezuela causa controvérsia

No dia 25 de setembro, o presidente colombiano, Iván Duque, ressaltou a relação do governo de Nicolás Maduro com grupos armados colombianos em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, o presidente afirmou que possuía um dossiê que comprovava o vínculo do governo de Maduro com membros do Exército de Libertação Nacional (ELN) e com dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Tal documento – intitulado “Amenazas a Democracia, Seguridad y Paz Regional” – foi entregue formalmente para os secretários gerais das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA) e suscitou grande polêmica. A mídia colombiana destacou que ao menos três fotos apresentadas no dossiê não se referiam às datas e aos fatos reportados, bem como criticou as fontes utilizadas, o que impactou a credibilidade da denúncia perante a comunidade internacional. Rapidamente o governo respondeu às críticas. O Exército, instituição responsável pela elaboração do documento, confirmou que algumas fotos estavam erradas, mas que não invalidavam as denúncias e que foram inseridas no dossiê como forma de ilustrar os ilícitos. O ministro da defesa, Guillermo Botero, se desculpou publicamente pelos dados errados, porém defendeu as provas apresentadas junto ao chanceler, Carlos Holmes Trujillo, e aos membros da cúpula militar e de polícia, argumentando que o governo apresentaria uma versão atualizada do dossiê,

corrigindo os erros. A vice-presidenta, Marta Lucía Ramírez, também defendeu o documento dizendo que algumas informações erradas não invalidavam o trabalho. Contudo, diante da polêmica, o general Oswaldo Peña Berbeo, chefe do Comando Conjunto de Inteligência, entregou sua carta de demissão do cargo. O governo de Maduro respondeu às acusações, afirmando que não tolera grupos armados em seu território, criticando as informações falsas apresentadas pelo governo colombiano. Por sua vez, o governo estadunidense manifestou-se em favor das denúncias feitas pelo presidente Duque. Da mesma forma, a OEA destacou que o apoio ao narcotráfico e ao terrorismo em outro país constituem crimes contra a paz.

Fontes: [El Tiempo](#), 26/09/2019; [El Espectador](#), 29/09/2019; [El Tiempo](#), 30/09/2019; [Semana](#), 30/09/2019.

Fim das negociações e situação humanitária expõem discordâncias entre Maduro e Guaidó na Venezuela

As negociações que vinham ocorrendo entre o presidente venezuelano Nicolás Maduro e a oposição, liderada pelo autodeclarado presidente Juan Guaidó, chegaram ao fim no mês de setembro. As conversas, que estavam ocorrendo na ilha de Barbados, com a mediação da Noruega, buscavam uma saída para a crise que a Venezuela enfrenta nos últimos anos. No entanto, desentendimentos dos dois lados levaram ao fim do diálogo. Maduro afirmou que a oposição não cumpriu sua promessa de conversar com os EUA para levantar as sanções. Guaidó, por sua vez, afirmou que Maduro se negou a discutir a proposta feita pelo bloco opositor. Como consequência, em 16 de setembro o governo de Maduro anunciou um acordo com um setor minoritário da oposição. A partir de então, os parlamentares oficialistas retornaram a Assembleia Nacional do país. Guaidó reagiu afirmando que o acordo tem como objetivo desviar a atenção da grave crise humanitária pela qual passa a Venezuela. Outro ponto de discordância entre Maduro e Guaidó no mês de setembro foi a situação dos direitos humanos no país. Em 9 de setembro a alta comissária das Nações Unidas para os direitos humanos, Michelle Bachelet, divulgou um relatório denunciando 57 novos casos de execuções e torturas na Venezuela. Em 23 de setembro, Maduro firmou um acordo de cooperação com o gabinete de Bachelet para ajudar no trabalho da alta comissária. Alguns dias depois, em 27 de setembro, o Grupo de Lima aprovou, com o apoio do representante de Guaidó, uma resolução no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas que cria uma missão independente para investigar as violações de direitos

humanos na Venezuela. O governo de Maduro reagiu afirmando que não irá colaborar com essa imposição.

Fontes: [Estadão](#), 09/09/2019; [Folha de São Paulo](#), 16/09/2019; [Estadão](#), 16/09/2019; [El Universal](#), 17/09/2019; [El Nacional](#), 18/09/2019; [El Nacional](#), 23/09/2019; [Folha de São Paulo](#), 27/09/2019.

TIAR é ativado para o caso da Venezuela

Em 3 de setembro de 2019, o presidente venezuelano Nicolás Maduro declarou alerta laranja nos estados que fazem fronteira com a Colômbia por considerar que existiam ameaças de agressão por parte do país vizinho. A ação ocorreu depois de o presidente colombiano, Iván Duque, acusar a Venezuela de estar abrigando guerrilheiros em seu território. Entre os dias 10 e 28 de setembro, a Venezuela realizou exercícios na fronteira, com o deslocamento de tropas e armamentos. O governo colombiano reagiu afirmando que não aceitaria as provocações de Maduro. Já no dia 11 de setembro, em sessão da Organização dos Estados Americanos (OEA), o chanceler colombiano Carlos Holmes Trujillo chamou a atenção para o perigo do narcoterrorismo na região. Ao final do encontro, foi aprovada uma reunião de consulta para a ativação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Nessa mesma sessão, uma emenda que eliminaria de maneira explícita a opção de uma intervenção militar foi rejeitada. Em 23 de setembro, o órgão de consulta do TIAR se reuniu em Nova Iorque. Os países presentes aprovaram a criação de uma rede para identificar e sancionar membros do governo de Maduro vinculados a atividades ilícitas, corrupção ou violações de direitos humanos. Ações militares foram descartadas. O Uruguai foi o único país que votou contra a resolução, anunciando, posteriormente, sua saída do tratado. A chancelaria uruguaia afirmou que o TIAR não foi projetado para tratar de conflitos políticos ou ameaças internas à segurança nacional de um país membro. Maduro qualificou como infame e embaraçosa a ativação do tratado.

Fontes: [Estadão](#), 04/09/2019; [El Nacional](#), 06/09/2019; [El Nacional](#), 11/09/2019; [O Globo](#), 11/09/2019; [El Nacional](#), 12/09/2019; [Estadão](#), 23/09/2019; [El Observador](#), 24/09/2019.

Solidariedade em declínio: Equador exige visto para entrada de venezuelanos

O governo do presidente do Equador, Lenín Moreno, anunciou no dia 25 de julho que exigiria “visto temporário de exceção por motivos humanitários” para os cidadãos advindos da Venezuela que desejarem ingressar no Equador. A medida entrou em vigor no dia 26 de agosto, ocasionando um fluxo de 11 mil

peças nos dois últimos dias na ponte internacional de Rumichaca. A decisão é uma tentativa de Moreno em diminuir o ingresso desses cidadãos pela fronteira, pois anteriormente os venezuelanos podiam entrar no Equador portando apenas a carteira de identidade. Com esta definição, somente é possível obtendo um visto que é gratuito, mas com seu trâmite a US\$ 50, uma quantia alta para quem sai da Venezuela. Além do visto, é obrigatória a apresentação do passaporte, podendo ter até cinco anos de vencido, contudo há falta de material no país vizinho para confecção de novos documentos. Além disso, há a exigência de um certificado de antecedentes criminais fornecido pelas autoridades venezuelanas. Os migrantes forçados clamam por um corredor humanitário, já que, sem visto e com poucos recursos, estão buscando rotas não oficiais para adentrar o Equador. O diretor de migração da Colômbia, Christian Krüger Sarmiento, pediu ao governo equatoriano que seja repensada essa imposição, levando em consideração que a medida promove a irregularidade e destrói famílias, pois pessoas que migram devido à fome e outras necessidades não deixarão de migrar, pelo contrário, precisarão recorrer às redes transnacionais. O ombudsman colombiano, Carlos Alfonso Negret, também reivindicou um corredor humanitário e afirmou que as fronteiras andinas precisam ser abertas porque “somos irmãos”. O governo do Equador respondeu que analisará a possibilidade.

Fontes: [Infobae](#), 05/09/2019; [RPP](#), 08/09/2019; [La República](#), 09/09/2019; [France24](#), 24/08/2019; [El País Brasil](#), 26/08/2019; [El Universo](#), 29/08/2019.

Equador anuncia saída da OPEP

Em 1º de outubro, o governo do Equador anunciou que deixará de integrar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) a partir de 1º de janeiro de 2020. A medida foi justificada como um esforço para cumprir os requisitos de austeridade fiscal impostos pelo acordo de empréstimo assinado com o Fundo Monetário Internacional em 2018. O governo espera cortar gastos que a participação na OPEP envolve e elevar receitas da exportação de petróleo ao não precisar mais obedecer a cotas definidas pela organização. A ação marca mais uma diferença de posicionamento diplomático do presidente Lenín Moreno com relação ao seu antecessor, Rafael Correa. Este foi responsável pelo ingresso do Equador na OPEP, em 2007, para fazer frente ao poder das empresas de petróleo ocidentais no mercado internacional. Anteriormente, entre 1973 e 1992, o Equador já havia sido membro da organização. A medida também vai de encontro à posição do governo venezuelano de Nicolás Maduro, que trabalha para elevar os preços do petróleo praticados pela OPEP, e às preferências de governos de países árabes, que são

maioria na organização. Simultaneamente, Moreno tem se dedicado a uma aproximação crescente entre Equador e Israel. Em 12 de setembro, o ministro de defesa equatoriano, Oswaldo Jarrín, anunciou que soldados das Forças Armadas do país serão treinados em Israel com vistas à formação de uma unidade antiterrorismo para combater ameaças como as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia (FARC). A medida se soma a esforços de cooperação técnica bilateral na área de cibersegurança, iniciados em 2019, e a compras de equipamentos militares israelenses no valor de US\$ 30 milhões em 2018.

Fontes: [El Telegrafo](#), 12/09/19, [El Universo](#), 01/10/19; [BBC](#), 01/09/2019.

Guiana adia eleições para 2020 e sofre críticas internacionais

Em dezembro de 2018, dado o fracasso na prospecção comercial dos campos de petróleo do país para a Exxon Mobil sob concessão, iniciou-se uma crise de confiança no presidente da Guiana, David Granger, tendo legisladores da bancada governista migrado para a oposição. Desde 21 de março de 2019, a crise ganharia contornos institucionais e constitucionais gerados pela demora do presidente em estabelecer a data do pleito eleitoral para escolha do governo que o sucederá. Sob a alegação da necessidade de realizar um recenseamento eleitoral, o presidente guianense declarou não haver tempo hábil para cumprir o prazo constitucional, devendo convocar eleições apenas após o recadastramento dos eleitores, com previsão da realização das eleições para novembro deste ano. Em setembro último, a comissão eleitoral independente, estabelecida para organizar as eleições no país, definiu que as mesmas serão realizadas em março de 2020. Diversas críticas foram direcionadas ao adiamento do processo eleitoral, dentre as quais a denúncia da existência de relação entre a decisão do adiamento e a expectativa de prospecção comercial de novos campos de petróleo pela Exxon Mobil. Diplomatas de diversos países, como os EUA, União Europeia e Reino Unido, acusam o mandatário de não possuir legitimidade constitucional para permanecer na liderança do país e que o adiamento eleitoral é inconstitucional. Os representantes destes países demandavam que sejam realizadas eleições imediatamente, sob pena de cortes no financiamento ao desenvolvimento. Com o anúncio formal da data das eleições, o discurso crítico foi abrandado, com saudações ao pleito eleitoral e oferta de assistência para assegurar o cumprimento do prazo.

Fontes: [Reuters](#), 19/09/2019; [Kaieteur](#), 19/09/2019; [Kaieteur](#), 27/09/2019; [Kaieteur](#), 28/09/2019.

México propõe agenda social na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas

No dia 28 de setembro, a participação do México na 74ª Assembleia Geral da ONU foi pautada pela proposta de uma agenda social e pelo discurso de que o país recuperou sua posição de confiança no sistema internacional. A comitiva mexicana foi liderada pelo secretário de relações exteriores, Marcelo Ebrard, uma vez que o presidente Andrés Manuel López Obrador persiste na decisão de não se ausentar do país, por acreditar que uma boa política externa deve pautar-se por melhorias na política doméstica. O discurso de Ebrard foi no sentido do fortalecimento do multilateralismo e na defesa da candidatura mexicana como membro do Conselho de Segurança entre 2021 e 2022, enfatizando que o México terá uma atuação em torno dos princípios de não intervenção, resolução pacífica de controvérsias e construção da paz por meio de métodos políticos, excluindo o uso da força. O governo mexicano defendeu, junto a Nova Zelândia e França, uma ação conjunta para eliminar conteúdos discriminatórios na internet. Ademais, lembrando o Massacre de El Paso, Marcelo Ebrard fez um chamado ao combate a ideologias associadas à supremacia branca e à xenofobia. No que tange à agenda migratória, Ebrard abordou o tema superficialmente em seu discurso no dia 28 de setembro, defendendo apenas a necessidade de uma luta global para que a migração seja uma opção e não uma necessidade por razões de pobreza e violência. Em suma, a participação mexicana buscou enfatizar e refletir o lema do governo que é “pelo bem de todos, primeiro os pobres”, reforçando a importância de cumprimento das metas e objetivos da agenda 2030 e a adesão ao novo Plano de Desenvolvimento para a América Central, atual prioridade do governo de Andrés Manuel López Obrador.

Fontes: [Expansión](#), 06/09/2019; [El Comercio](#), 20/09/2019; [El Universal](#), 25/09/2019; [RT](#), 28/09/2019.

Onda de xenofobia na África do Sul causa reações internacionais e prejudica reputação do país

O mês de setembro ficou marcado pela escalada de ataques contra estrangeiros na África do Sul. Multidões saquearam lojas, casas e veículos de estrangeiros (e nacionais) em várias cidades, principalmente em Joanesburgo e nos subúrbios de Soweto. Doze pessoas foram mortas, mais de 700 pessoas presas e centenas de imigrantes precisaram de abrigo. A reação dos governos e sociedades civis de países vizinhos foi contundente. Filiais de empresas sul-africanas na Nigéria foram saqueadas, o que levou o governo sul-africano

a temporariamente fechar a embaixada em Abuja, capital nigeriana, e o consulado em Lagos. Para agravar a situação, a edição africana do Fórum Econômico Mundial realizada na Cidade do Cabo, capital legislativa da África do Sul, foi muito afetada. Os presidentes do Malauí, da Nigéria, da República Democrática do Congo e do Ruanda decidiram não participar da cúpula. Circularam, também, boatos sobre o encerramento da missão diplomática angolana em Pretória. Os inconvenientes diplomáticos não pararam por aí. Em homenagem ao falecimento de Robert Mugabe, ditador zimbabuano de 1980 a 2018, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, foi vaiado em discurso para 40 mil pessoas em um estádio em Harare, capital do Zimbábue. Desconcertado, o presidente pediu desculpas a todos os zimbabuanos e prometeu esforços do governo para controlar a onda de ataques contra imigrantes em seu país. O governo sul-africano organizou uma missão diplomática de alto nível para formalizar os pedidos de desculpas a setes países: Nigéria, Níger, Gana, Senegal, Tanzânia, República Democrática do Congo e Zâmbia. A iniciativa trouxe, todavia, mais problemas diplomáticos, pois Moçambique protestou por não ter sido incluído no périplo sul-africano. Por fim, posicionamentos polêmicos de membros do governo agravaram o quadro. O ministro da saúde, Aaron Motsoaledi, afirmou que os serviços de saúde são sobrecarregados por imigrantes irregulares, e ministro da educação, Blade Nzimande, responsabilizou outros países africanos por não conseguirem controlar a emigração para a África do Sul. Com isso, a liderança regional sul-africana tem sido fortemente contestada em decorrência dos recentes acontecimentos, e o governo do Congresso Nacional Africano pode ter de rever seus planos em matéria de desenvolvimento econômico e política externa.

Fontes: [CNN](#), 05/09/2019; [IOL](#), 05/09/2019; [Panapress](#), 05/09/2019; [Angola 24 horas](#), 10/09/2019; [News24](#), 10/09/2019; [RFI](#), 10/09/2019; [MigraMundo](#), 11/09/2019; [News24](#), 16/09/2019; [The South African](#), 16/09/2019; [The South African](#), 27/09/2019.

Ilhas Salomão e Kiribati estabelecem relações diplomáticas com a República Popular da China

Nos dias 16 e 20 de setembro, as Ilhas Salomão e o Kiribati, respectivamente, romperam as relações que mantinham com Taiwan e passaram a reconhecer a República Popular da China (RPC) como representante legítima dos chineses. Além de romper uma relação diplomática que já perduravam décadas, esse movimento demonstra um avanço da influência geopolítica chinesa na região do sul do Pacífico, deixando Taiwan apenas com o reconhecimento de 15 países. O revés é particularmente prejudicial para a presidenta de Taiwan, Tsai Ing-wen, em um contexto domésti-

co que presenciou o rompimento de sete países desde que assumiu o governo em 2016 e tentará a reeleição em janeiro de 2020. Tsai acusou a RPC de fazer uso de “diplomacia do Renminbi” na região, comprando apoios internacionais a fim de minar Taiwan. Por sua vez, o ministério das Relações Exteriores da RPC negou as acusações e declarou que Kiribati e as Ilhas Salomão tomaram a decisão correta, “totalmente alinhada com os interesses fundamentais e de longo prazo” de ambos países. O chanceler da RPC, Wang Yi, celebrou cerimônias para o estabelecimento dos laços diplomáticos junto ao presidente de Kiribati, Taneti Mamau, e o ministro das relações estrangeiras e comércio exterior das Ilhas Salomão, Jeremiah Manele. O Instituto Americano em Taipei, a embaixada de facto dos EUA em Taiwan, emitiu um comunicado assegurando a decepção com a decisão dos países do Pacífico, e Cory Gardner, senador republicano pelo estado do Colorado, apresentou uma lei ao Comitê de Relações Exteriores para defender o status de Taiwan e facilitar auxílio financeiro aos seus aliados formais. As relações entre a RPC e Taiwan vêm passando por acentuada deterioração desde a vitória de Tsai e seu partido líder do campo pró-independência, o Partido Democrático Progressista.

Fontes: [South China Morning Post](#), 20/09/2019; [China Daily](#), 21/09/2019; [Al Jazeera](#), 26/09/2019; [Xinhua](#), 26/09/2019; [South China Morning Post](#), 26/09/2019.

Visita de Narendra Modi aos EUA gera controvérsias

O primeiro-ministro Narendra Modi realizou visita aos EUA com a finalidade de negociar acordos bilaterais, alinhamento de posicionamento para a Assembleia Geral das Nações Unidas e busca de apoio estadunidense para as reavivadas disputas com o Paquistão pela região da Caxemira. A visita teve como destaque o comício realizado na cidade de Houston, no estado do Texas, onde o mandatário indiano foi recebido por cerca de 50 mil membros da comunidade indiana radicada nos EUA. O comício acabou por repercutir negativamente na Índia por incluir a participação do presidente estadunidense, Donald Trump, que concorrerá à reeleição em 2020. Congressistas indianos interpretaram o comparecimento do presidente estadunidense ao comício, realizado pela comunidade hindu-americana e tradicionalmente com baixo comparecimento eleitoral e alinhada ao partido democrata, como uma violação de uma das tradicionais diretrizes de política externa indiana, a não-intervenção em eleições de outros países. O governante indiano ainda reforçou um dos principais slogans de campanha de Donald Trump,

“Make America Great Again”, e parafraseou o mesmo para a questão da Caxemira em um “Make Kashmir Great Again”.

Fontes: [The Guardian](#), 22/09/2019; [BBC](#), 23/09/2019; [Economic Times](#), 23/09/2019; [The Washington Post](#), 24/09/2019; [South China Morning Post](#), 25/09/2019; [The Washinton Post](#), 29/09/2019.

Erdoğan ameaça romper com o acordo migratório de 2016 firmado com a UE

Com os recentes ataques à cidade de Idlib, no norte da Síria, o governo turco calcula que mais 500 mil solicitantes de asilo sírios podem entrar em solo turco. Tal questão fez com que novas decisões da Turquia ganhassem destaque internacionalmente. Durante a quinta cúpula trilateral entre o Irã, a Turquia e a Rússia, em 16 de setembro, seus líderes enfatizaram que é inaceitável o apoio dado àqueles que denominam de “terroristas curdos”, muitos dos quais se encontram na fronteira com a Turquia, sob o pretexto de combater o Estado Islâmico. Os três governos se referiram criticamente à ação dos EUA frente à guerra civil síria. O presidente do Irã, Hassan Rouhani, acredita que é necessária a saída imediata das tropas estadunidenses da Síria para que seja possível estabelecer a paz no país. Após o encontro, Recep Tayyip Erdoğan, presidente da Turquia, também declarou que há oito anos tem firmado e posto em prática diversos compromissos com relação aos refugiados sírios, porém, por não poder carregar sozinho este “fardo”. Com isso, o governo turco passou a focar no retorno dessas pessoas para a Síria. Para Erdoğan, operações realizadas em cidades sírias fronteiriças, principalmente enfrentamentos com grupos curdos, possibilitaram o retorno de 360 mil sírios para essas áreas. O objetivo de Erdoğan é chegar ao reassentamento de 2 milhões de refugiados em um complexo residencial construído nessas zonas “seguras”. Encontram-se na Turquia aproximadamente 3,6 milhões de refugiados sírios, e o apoio da comunidade internacional para a questão chegou a mais de US\$ 6,5 bilhões. Entretanto, o governo turco alega já ter gasto cerca de US\$ 40 bilhões. Ademais, caso os políticos europeus não o apoiem na ampliação de sua influência no norte da Síria e no retorno de sírios e não forneçam mais recursos à Turquia, Erdoğan ameaça permitir a travessia de migrantes para a Grécia, rompendo, então, com o acordo firmado em 2016. O acordo assegura, entre outras coisas, o trabalho conjunto com a União Europeia (UE) na redução dos fluxos migratórios para os países-membros da união.

Fontes: [Reuters](#), 5/09/2019; [Ahval](#), 11/09/2019; [New York Times](#), 11/09/2019; [Anadolu Agency](#), 16/09/2019; [Daily](#)

[Sabah](#), 16/09/2019.

Mulheres protestam contra feminicídios na África do Sul e Nigéria

Nas primeiras semanas de setembro, as ruas de cidades da África Sul foram tomadas por mulheres vestidas de preto exigindo políticas mais eficazes contra o feminicídio. A primeira mobilização, em 13 de setembro, se deu em razão do estupro e assassinato de uma estudante de 19 anos, no final de agosto, em uma agência dos correios na cidade de Cidade do Cabo. As maiores manifestações aconteceram em Joanesburgo e na própria Cidade do Cabo, mas no decorrer do mês outras cidades registraram protestos. Sul-africanas que moram nos EUA também realizaram um ato na Times Square, em Nova York, no dia 24 de setembro, como forma de apoio e solidariedade contra a violência de gênero na África do Sul. De acordo com o Africa Check, o país é considerado o quarto mais perigoso no mundo para uma mulher viver, e 41 mil pessoas foram estupradas na África do Sul desde abril de 2018; a média é de 1 estupro a cada 15 minutos. O presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, se comprometeu a apresentar proposta para aumentar a pena mínima para quem comete esse tipo de crime, fim de fiança e da progressão de pena para os criminosos e solicitar emenda parlamentar para tornar públicos os registros de abusadores. Semanas após as manifestações das sul-africanas, em 18 de setembro, nigerianas marcharam contra a violência que assola a cidade de Port Harcourt. Foram, pelo menos, 15 mulheres assassinadas em hotéis da cidade, o que sugeriu a alegação de que eram prostitutas. Por essa razão, o chefe de polícia da cidade, Chuks Enwonwu, declarou que os crimes se davam pela mudança cultural, demandando, assim, uma reeducação das mulheres e o desencorajamento para que se tornem prostitutas, porque, segundo ele, são naturalmente potenciais vítimas desse tipo de crime. Em 25 de setembro, um homem confessou os crimes e alegou que não conseguia controlar o ímpeto de matar. Autoridades da Nigéria não propuseram nenhuma medida para combater o feminicídio, ou qualquer outro tipo de violência contra a mulher.

Fontes: [Aljazeera](#), 13/09/2019; [BBC News](#), 13/09/2019; [OkayAfrica](#), 18/09/2019; [Africa News](#), 21/09/2019; [News 24](#), 24/09/2019; [The Telegraph](#), 25/09/2019.

Greve pelo clima é greve pelo direito à vida

O mês de setembro foi marcado pelo movimento global “Greve pelo clima”, que contou com diversas mobilizações da sociedade civil em prol de ações que visem combater as mudanças climáticas e seus efeitos. Foram mais de 5800 eventos pelo globo, em

mais de 170 cidades, com o destaque para a presença de lideranças jovens como a adolescente sueca de 16 anos Greta Thunberg, que discursou na Cúpula do Clima das Nações Unidas, no dia 23. A brasileira Artemisa Xakriabá, também foi uma das vozes dessa juventude e esteve em Nova York representando a Aliança Global de Comunidades Territoriais. Na ocasião, a ativista indígena discursou sobre o quadro de devastação ambiental no Brasil e denunciou as ameaças e assassinatos que têm sofrido aqueles que defendem seus territórios. O objetivo da greve foi chamar a atenção da população mundial e dos líderes estatais sobre os riscos iminentes em razão da degradação ambiental nas suas variadas formas, em prol do desenvolvimento, tendo em vista que vários especialistas acreditam que estamos no limite para que ainda seja possível amenizar os efeitos das mudanças climáticas, e forçar os países a cumprirem a redução estipulada no Acordo de Paris. Apesar do debate ter dimensão global, é sabido que os primeiros impactos são sentidos especialmente pelos povos originários. Na Colômbia, totalizam 102 povos indígenas que sofrem os efeitos das mudanças climáticas, do desmatamento e da poluição ambiental em suas terras. Soma-se a isso o impacto na sua autonomia alimentar e na dificuldade em achar água limpa, resultando em um quadro de desrespeito à diversos direitos humanos. Em prol da defesa do território, populações indígenas resistem, se organizam e mostram alternativas ao modelo atual de desenvolvimento. Exemplo disso, o xamã Yanomami Davi Kopenawa, líder de projeto que trabalha com ajuda mútua e etnodesenvolvimento, ganhou o prêmio Right Livelihood, conhecido como o “Nobel Alternativo” por sua luta para proteger a Amazônia, relatando os danos da destruição pela mineração, da pecuária, da exploração madeireira e dos incêndios.

Fontes: [Open Democracy](#), 12/09/2019; [Greenleft](#), 21/09/2019; [Democracy Now](#), 23/09/2019; [Open Democracy](#), 24/09/2019; [O Globo](#), 25/09/2019; [Greenleft](#), 27/07/2019; [La Nación](#), 28/09/2019.

Países comemoram na ONU o dia da Cooperação Sul-Sul

Em 12 de setembro de 2019, Antonio Guterres, Secretário Geral das Nações Unidas, por ocasião do dia das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul, afirmou que “a colaboração entre países do Sul global oferece um ‘caminho único’ que acelera o mundo em direção às principais metas de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030”. O Dia das Nações Unidas deste ano foi particularmente significativo, pois seguiu os compromissos internacionais assumidos na Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas (PABA+40), ocorrido em março de 2019 e que coincidiu com 40º aniversário do Plano de Ação de Buenos Aires. O evento contou com o lançamento

de plataforma global de compartilhamento de conhecimento, denominada Galáxia Sul-Sul. O enviado especial do chefe da ONU e o diretor do United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSCC), Jorge Chediek, explicou que esse novo banco de dados consolida soluções Sul-Sul para parceiros no sistema da ONU e que a iniciativa “visa a apoiar de maneira mais eficaz os países do Sul na conexão, aprendizagem e colaboração digital de parceiros”. Juntamente com o novo banco de dados, Guterres elogiou o lançamento do novo relatório independente sobre a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular, elaborado pelo escritório da ONU que trata do tema, o UNOSCC. Vários chefes de Estado e representantes de organizações intergovernamentais celebraram o dia em suas postagens nas redes sociais.

Fontes: [IFAD](#), 06/09/2019; [Governo da Colômbia](#), 11/09/2019; [United Nations News](#), 12/09/2019; [Sputnik News](#), 12/09/2019; [DevDiscourse](#), 12/09/2019; [TeleSurTV](#), 12/09/2019; [Xinhua](#), 13/09/2019.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.



latsul.org

